PELA INCORPORAÇÃO PROLETÁRIA: A CONSISTÊNCIA DO POSITIVISMO NA POLÍTICA TRABALHISTA BRASILEIRA

Maxmiliano Martins Pinheiro[1]

RESUMO

O artigo visa investigar a consistência do positivismo de Augusto Comte no trabalhismo brasileiro, visto que esse corrente defendeu a incorporação do proletariado na sociedade moderna, por meio de um programa social, como também exerceu influência no Apostolado Positivista do Brasil na elaboração de um projeto de leis trabalhistas um mês após a Proclamação da República, em dezembro de 1889. Para atingir esse objetivo, cumpre analisar sucintamente o tema da incorporação proletária em Comte, asseverando a importância dessa prerrogativa nas fases de seu pensamento político; em seguida, deve-se examinar as manifestações positivistas concernentes ao trabalhismo desde a Primeira República até a democratização de 1945; e por fim apresentar uma base empírica que indique as reminiscências do positivismo através de referências dos atores sociais que fizeram parte do contexto histórico da democratização.

Palavras-chave
Positivismo; Trabalhismo; República; Democratização

[1] Mestre e Doutorando em Sociologia Política na Universidade Candido Mendes (IUPERJ). Professor na Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro e da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Rio de Janeiro.

ABSTRACT

This article aims to investigate the consistency of Augusto Comte's positivism in Brazilian laborism, since this movement defended the incorporation of the proletariat into modern society through a social program, and also influenced the Positivist Apostolate of Brazil in the elaboration of a labor law project one month after the Proclamation of the Republic in December 1889. To achieve this objective, it is necessary to briefly analyze the theme of proletarian incorporation in Comte, asserting the importance of this prerogative in the phases of his political thought; then, it is necessary to examine the positivist manifestations concerning laborism from the First Republic until the democratization of 1945; and finally, it is necessary to present an empirical basis that indicates the reminiscences of positivism through references of the social actors who were part of the historical context of democratization.

Keywords
Positivism; Laborism; Republic; Democratization

INTRODUÇÃO

Estudos em torno do trabalhismo brasileiro evidenciam que os esforços pela inserção das classes trabalhadoras na dinâmica do capitalismo industrial desde o início do século XX necessitavam não somente de estratégias políticas governamentais, como também de iniciativas coletivas dos mais variados segmentos proletários. Diante desses conflitos de interesses, emergem diversas correntes do pensamento sociopolítico que procuram auxiliar o processo de incorporação dos trabalhadores na sociedade brasileira. No que concerne às linhas políticas que pleiteiam um norteamento sobre as manifestações proletárias, cumpre afirmar que elas variam dos mais divergentes ângulos expressos pelo reformismo social católico, pelos variados tons do socialismo, pela social-democracia, pelo marxismo, e até mesmo pelo integralismo, a extrema direita brasileira dos anos 30.

Considerando toda essa pluralidade do campo político ideológico, o objetivo geral desta pesquisa é examinar a consistência do positivismo de Augusto

Comte no trabalhismo do Brasil, uma vez que essa filosofia, em pleno século XIX, tanto descortinou um programa social para os proletários visando sua incorporação social, quanto influenciou o Apostolado Positivista na criação de um projeto de leis trabalhistas já no início da Primeira República, em 1889. No intuito de alcançar essa finalidade, o presente estudo desdobra-se nos seguintes objetivos específicos: primeiramente, cumpre analisar a questão da incorporação do proletariado no positivismo de Comte, salientando a relevância dessa perspectiva nas etapas de seu pensamento político; em seguida, deve-se comparar as manifestações positivistas acerca do trabalhismo desde a Primeira República até a democratização de 1945; por fim, cabe apresentar um suporte empírico que mostre os vestígios do positivismo no período de democratização por meio de referências dos atores sociais dessa época.

Quanto à metodologia, o presente trabalho emprega obras concernentes ao positivismo comtiano, às fontes histórias, às ciências políticas e outros textos de teor documental. Neste sentido, a primeira tarefa consiste em examinar a funcionalidade da questão proletária no pensamento positivista, considerando tanto a sua fase progressista em que Comte propõe uma ditadura do proletariado, quanto a sua guinada conservadora, descortinando a consistência dessa corrente perante a incorporação social dos trabalhadores. O segundo passo procura investigar sucintamente, por meio de análises históricas, as manifestações positivistas em prol de projetos trabalhistas, partindo do anteprojeto esboçado por Raimundo Teixeira Mendes, em 1889, e perpassando algumas iniciativas do primeiro período republicano, a Era Vargas com a criação do Ministério do Trabalho, até a construção ideológica e programática do PTB, em 1945. Por último, será elaborada uma análise empírica, através de discursos, biografias, cadernos partidários, entre outros textos, para mostrar o vínculo indireto de determinados intelectuais do PTB com o positivismo comtiano.

Espera-se que esta pesquisa, conforme os objetivos e métodos propostos, contribua tanto para os estudos consonantes aos impactos do positivismo no Brasil, quanto para as análises em torno da cidadania no período republicano que se inicia em 1945, mostrando que, apesar dessa corrente filosófica não estar em voga a partir dos anos 40, exerceu ao menos um papel coadjuvante na democratização dessa época.

AUGUSTO COMTE E A QUESTÃO PROLETÁRIA DO SÉCULO XIX

Diante dos problemas sociais existentes na França nos anos 1840 – colheitas desastrosas, miséria entre os trabalhadores, desigual distribuição de riqueza, limitação dos direitos políticos, corrupção no governo de Luís Felipe – pensadores como Pierre Joseph Proudhon, Louis Blanc, Karl Marx e Augusto Comte procuram oferecer diferentes contrapartidas à situação social que afligia mais diretamente os estratos proletários. Em sua obra, **Discurso sobre o conjunto do positivismo**, escrita em 1848, Comte dedica um dos seus capítulos à atitude do positivismo perante a massa trabalhadora. A prerrogativa da soberania popular era um ponto nevrálgico que assolava o pensamento comtiano. Trata-se de perceber a ordem contra a concepção da democracia como autogoverno das massas, tendo em vista a impossibilidade mecânica de sua realização e a necessidade de um grupo social dirigente (MICHELS, 1982). É interessante observar, no entanto, algumas contornos que Comte atribui à perspectiva da soberania popular. O primeiro consiste em conceder ao povo o direito de insurreição em casos excepcionais quando a sociedade estiver submetida a um governo tirânico e opressor (COMTE, 2018). Outra funcionalidade que ele assimila no princípio da soberania popular coaduna mais propriamente a ênfase na condição social da classe proletária:

Há, entretanto, uma outra verdade implicada na expressão soberania do povo. Ela implica que o primeiro dos deveres é concentrar todos os esforços da sociedade no bem comum. E nisso há uma referência mais direta à classe trabalhadora do que a qualquer outra; primeiro, por causa de sua imensa superioridade numérica e, em segundo lugar, porque as dificuldades pelas quais sua vida está cercada exigem interferência especial em um grau que para as outras classes seria desnecessário. É desse ponto de vista um princípio que todos os verdadeiros republicanos podem aceitar. (COMTE, 2018, p. 143)

Dessa apreciação popular do positivismo, podem ser verificadas dois pontos pertinentes: primeiramente, Comte sabia que a classe trabalhadora era numericamente majoritária, o que por si só poderia lhe conferir poder de ação. Ademais, o fato desse vasto segmento social viver em situações difíceis demandava das autoridades republicanas fortes iniciativas sociais, já que a autonomia de um povo se justificava no empenho de todos os cidadãos em prol do bem comum. Por causa das condições sofridas, Comte vê nas classes proletárias uma superioridade que as permite expressar os valores mais elevados da moralidade:

"As classes trabalhadoras são as que mais sofrem com o egoísmo e o domínio dos homens ricos e poderosos. Por esta razão, elas são os mais propensas a se apresentarem em defesa da moralidade pública". (COMTE, 2018, p. 145).

Discorrendo sobre o cenário das classes sociais, ele salienta que o proletariado não constitui uma classe específica, mas o próprio conjunto social que possui os sentimentos mais nobres e as visões mais amplas, ao passo que as classes ricas mostram-se muito degradadas para assumirem o poder político (COMTE, 2018). O mesmo ocorre com a classe média, os industriais e os cientistas, uma vez que o sistema acadêmico francês estreitou suas perspectivas, consternou seus sentimentos e deformou suas condutas na vida social (COMTE, 2018). Tal conclusão impele Comte a defender uma aliança entre os proletários e os filósofos positivistas para combater o egoísmo e a postura opressiva das classes abastadas que detinham o poder temporal (PICKERING, 2009). Comte também concebe a classe trabalhadora como a que oferece as melhores garantias da ordem e da liberdade por causa de sua emancipação intelectual, aversão à guerra, indiferença ao parlamento, por isso ele propõe a ditadura do proletariado como forma transitória de governo (PICKERING, 2009). Observando as apreciações do próprio Comte:

Devido ao fracasso de todas as outras classes, temos que olhar para a classe trabalhadora, pois ficou mais livre para formar visões amplas e cujo senso de dever foi melhor cultivado. Em bases históricas, estou convencido de que os trabalhadores da França são mais propensos do que qualquer outra classe a fornecer homens competentes para o poder supremo, enquanto durar o interregno espiritual; isto é, pelo menos uma geração. (...) Assim, olhando para os interesses da ordem pública, ou para os da liberdade, parece necessária uma medida provisória, durante a continuação de nosso interregno espiritual, para que os detentores do poder ditatorial sejam escolhidos entre a classe trabalhadora. O sucesso de alguns trabalhadores na busca da riqueza exerceu uma influência inquietante sobre o resto, mas no presente caso não precisamos temer esse resultado. Será óbvio que a carreira de um governador proletário é uma rara exceção, e que requer dotes peculiares. (COMTE, 2018, p. 214-215)

A exposição acima desvela que, assim como o marxismo, o positivismo comtiano sustenta uma ditadura do proletariado como condição provisória para que uma sociedade supere seus impasses sócio-históricos. No ano de 1848, Comte e os positivistas Pierre Laffitte, Fabien Magnin e Émile Littré elaboram o **Relatório redigido pela comissão encarregada de examinar a natureza e o plano**

do novo governo revolucionário. Os proletários por estarem livres das amarras do capital e dos ditames institucionais figuram os segmentos mais capazes a conduzir o poder governamental de uma nação. Contudo, ao contrário de Marx, Comte advoga que os proletários são mais propensos a liderar a fase ditatorial por cultivarem uma moral mais elevada diante das outras classes, não por causa de um processo de conscientização crítica. Além disso, a própria passagem descortina que o positivismo não defende a prerrogativa da igualdade de classes, já que a riqueza ilustra um alcance para os indivíduos na sociedade.

Mas é na reafirmação conservadora que Comte descortina a consistência de seu apelo à incorporação social do proletariado. Em 1855, ele recorre aos conservadores considerando-os uma sábia elite capaz de extinguir uma burguesia retrógrada e propiciar o advento do patriciado (FÉDI, 2008). Devido ao seu pragmatismo político, ele defendeu na França o golpe de Estado de Luís Napoleão, em 2 de dezembro de 1851, pois parecia-lhe trazer a promessa de uma ditadura temporal susceptível de modificar a situação política da época (FÉDI, 2008). De fato, muitos sucessores de Saint-Simon aderiram ao cesarismo de Napoleão III, vendo nele a possibilidade da socialização econômica e da ideia de autoridade (MICHELS, 1982). Como Luís Napoleão reprimiu as liberdades civis na França, Comte retira seu apoio, uma vez que a finalidade do positivismo é estabelecer a separação entre os poderes temporal e espiritual, garantindo a plena liberdade de expressão e de discussão. Quanto à questão trabalhista, em 1856, Comte recomenda ao tipógrafo socialista Bosson o plano de uma Internacional Operária como uma ampla e sustentável corporação para formar um proletariado homogêneo, apesar das diversidades profissionais e territoriais (RIBEIRO JÚNIOR, 2003). Entre as medidas propostas, destacam-se as juntas de conciliação e os tribunais de trabalho para contornar conflitos trabalhistas, a gratuidade da medicina e a seguridade social para amparar o trabalhador na saúde e na velhice (RIBEIRO JÚNIOR, 2003). É importante observar no **Catecismo Positivista** as medidas trabalhistas que Comte defende como o domicílio e o salário:

Um proletário qualquer deve possuir todos os materiais de uso exclusivo e contínuo, quer seu, quer da sua família. Esta regra, evidentemente realizável, é o único meio de assegurar a ordem prática. Porém longe estamos de seu digno preenchimento. Muitos homens estimáveis não gozam ainda da propriedade de seus móveis mais usuais; e alguns nem sequer têm a de seu vestuário. Quanto ao domicílio, vós sabeis que a maioria dos proletários estão antes acampados do que alojados em nossas cidades anárquicas. Entretanto, bastaria decompor em

apartamentos a venda ordinária das casas, como se vê em algumas cidades, para que cada família popular, após um leve acréscimo de aluguel durante alguns anos viesse a possuir irrevogavelmente sua habitação (...) Quanto ao salário periódico, deve ele compor-se normalmente de duas partes desiguais, uma independente do trabalho efetivo e peculiar no ofício correspondente, outra subordinada aos resultados diários. É o único meio de garantir os operários contra os chômages que não lhes forem imputáveis, sem deixar, contudo, de permitir aos chefes um justo surto dos diversos aperfeiçoamentos industriais, sobretudo mecânico. (COMTE, 1934, p. 369-370)

O termo francês "chômage" significa desemprego. Com efeito, Comte exigiu a estabilidade empregatícia dos proletários por parte da indústria mesmo que conferisse aos empregadores, ou seja, o patriciado, o poder de gerir a providencia material no estágio científico e industrial. Em síntese, todas essas observações atestam que o problema da inclusão da massa proletária configura uma meta capital para o positivismo, pois tal ênfase além de ter sido mantida ao longo do percurso do pensamento comtiano, revela uma funcionalidade necessária para garantir a constância da ordem social.

MANIFESTAÇÕES POSITIVISTAS EM DEFESA DO TRABALHISMO NOS PERÍODOS REPUBLICANOS

O primeiro esforço positivista em prol da incorporação dos trabalhadores na sociedade brasileira foi a contribuição de Raimundo Teixeira Mendes, que era vice diretor do Apostolado Positivista do Brasil. O projeto de Teixeira Mendes, elaborado após de uma consulta com cerca de quatrocentos operários de oficinas do Estado, expunha a teoria positiva do salário, regulava as horas de trabalho, os dias de descanso, os acidentes de trabalho, férias, estabilidade no emprego e as pensões durante a velhice (LINS, 2009). Tal projeto de legislação trabalhista foi submetido em 25 de dezembro de 1889 ao Governo Provisório por intermédio de Benjamim Constant (LINS, 2009). Tratava-se de uma pauta de direitos sociais bem avançada para época que não contemplava direitos políticos, mas uma concepção de cidadania voltada para os direitos civis e sociais que deviam ser alcançados por intervenção do Estado (GOMES, 2005). O projeto, no entanto, não teve andamento, sendo Benjamim Constant duramente criticado

pelo Apostolado Positivista por não ter se empenhado o bastante por essa pauta trabalhista, dando prioridade ao Regulamento das Escolas do Exército (FAUSTO, 2016). Mas cumpre ressaltar que o Teixeira Mendes elabora um projeto trabalhista no momento mais crucial em que atravessava a sociedade brasileira – o Brasil tinha acabado de abolir a escravatura - , e as elites nacionais não tinham qualquer interesse de reparar a sorte dos negros libertos.

Mas essa derrota dos positivistas ortodoxos não significou que suas propostas trabalhistas tivessem sido totalmente olvidadas nas primeiras décadas do século XX. Com efeito, a alusão às apreciações de Comte em torno do trabalho como elevação moral e identidade social, como a sustentada por Saddock de Sá, tornou-se fonte de inspiração de algumas organizações trabalhistas fundadas após 1899 que se consideravam socialistas (GOMES, 2015). A relação entre o positivismo e o socialismo, apesar das suas diferenças na defesa das classes proletárias, decorria do contexto político e intelectual da época, viabilizando uma retórica que pleiteava a luta pela elevação social e moral do trabalhador (GOMES, 2015). Ademais, cumpre acrescentar a iniciativa do deputado paranaense João Pernetta que, em 1919, apresentou à Câmara um projeto de legislação trabalhista moldado em bases nitidamente positivistas (CARVALHO, 2004), e o fato de Teixeira Mendes, apesar do Apostolado ter se tornado um grupo destituído de relevância republicana, retomar a defesa do programa de incorporação do proletariado em 1912 (FAUSTO, 2016).

Outro episódio que merece ser destacado foi o positivismo gaúcho consubstanciado nas sucessivas administrações Júlio de Castilhos e de Borges de Medeiros que perduraram até 1928. Considerando o programa do Partido Republicano do Rio Grande do Sul (PRR), criado em 1890, verifica-se nas teses sociais os seguintes direitos trabalhistas: educação e instrução popular, ensino técnico profissional, reconhecimento dos jornaleiros como funcionários públicos, concurso do Estado às leis de assistência aos operários urbanos e rurais proporcionando melhorias nas condições materiais do proletariado (lar, cultura moral, doméstica e cívica), regime de oito horas de trabalho, férias anuais, direito de greve assistido pelo tribunal de arbitragem, aposentadoria em caso de invalidez, proteção e defesa das populações íncolas, entre outros (CHACON, 1998). Como se observa, tais propostas eram bem similares das apresentadas por Teixeira Mendes. O PRR, sob a liderança de Júlio de Castilhos, um exemplo raro de líder programático e pragmático na Primeira República, consolidava um republicanismo doutrinário, com intervenções, convenções, imprensa partidária e programa de jornal, dando

ao positivismo um sentido heterodoxo, popular e ecumênico (CHACON, 1998). É interessante observar o perfil do PRR, apesar da figura autoritária de Castilhos, já que até meados do século XIX eram poucos os partidos no sentido moderno do termo, pois os sistemas políticos dependiam de tendências opinativas, clubes populares, associações de pensamento e nichos parlamentares (DUVERGER, 1970).

Neste sentido, deve-se acrescer a figura carismática de Castilhos em relação ao partido e às instituições estatais no contexto gaúcho como catalizadora para as forças socioculturais que disputavam hegemonia na direção do processo político. Castilhos preenchia boa parte dos atributos de uma liderança carismática, pois a crescente veneração em torno de sua pessoa influenciou a constituição jurídica com a "Carta de 14 de julho", de 1891, cujos ditames obtiveram continuada observância que direcionaram a vida das instituições gaúchas (BOEIRA, 2005). Recorrendo à análise de Duverger (1970), Castilhos, como líder partidário, soube conjugar as crenças políticas com as necessidades práticas da sociedade, fazendo com que boa parte dos estratos sociais lhe concedessem a transmissão do poder ao âmbito sociopolítico, conforme a figura de um chefe com caráter absoluto. No que tange à concretização das metas sociais, o texto de 14 de julho de 1891 contribuiu para a criação do direito do trabalho no Brasil, merecendo destaque o Ato nº 31, de 22 de dezembro de 1897, que regulamenta os serviços de drenagem nas lagoas dos Patos e Mirim, estabelecendo redução da jornada de trabalho, descanso, e pagamento de 2/3 do salário ao operário no caso de doença (COSTA, 2005). Outro episódio, ocorrido durante o governo do sucessor Borges de Medeiros, foi a greve de 1917 que ilustra o papel paternalista e interventor do governo gaúcho em que Borges figura, aos olhos dos sindicatos de Porto Alegre, como o protetor dos trabalhadores, seja pelo apoio eficaz às suas demandas trabalhistas, seja pela taxação dos preços dos gêneros de primeira necessidade (BOSI, 2014). Na verdade, a história das greves do Rio Grande do Sul revela que Borges de Medeiros procurava atender às reivindicações dos operários, como ocorreu na greve de 1917, mas também, por outro lado, coibia as manifestações consideradas abusivas, razão pela qual ele reprimiu a greve de 1919.

Após a Primeira República, a defesa positivista do trabalhismo consegue adentrar os governos varguistas, adquirindo novas reconfigurações conforme o contexto sociopolítico e socioeconômico a partir dos anos 1930. Derrubada a burguesia cafeeira pela Revolução de 30, Getúlio Vargas com o apoio da Aliança Liberal, assume o Governo Provisório em 3 de novembro de 1930. Tal governo

procurava legitimar-se criando as bases de um novo sistema político, centralizando o poder nas mãos do Estado, buscando apoio nos setores capazes de fortalecê-lo, e sem preconizar mudanças estruturais no âmbito socioeconômico. Cumpre lembrar que, após a "Grande Depressão", o Ocidente nos anos 30, experimentava uma política econômica, denominada "keynesianismo", em que o Estado, com suas políticas governamentais, poderia reparar as crises econômicas do social mantendo a empregabilidade (PRZEWORSKI, 1988). Tal virada keynesiana na economia que mantinha a grande propriedade, apostava na mudança do jogo das forças do mercado como racionalização econômica e concedia aumento salarial para estimular o consumo direto das massas, foi conseguindo estabelecer um status universal para os interesses da classe trabalhadora (PRZEWORSKI, 1988). Neste sentido, a criação do Ministério do Trabalho descortina a postura do Estado de intervir na relação do trabalho com o capital, ampliando seu campo de atuação através desse novo ministério que garantia a centralização do governo, e de uma série de reformas que traduzem o caráter intervencionista da política a ser implantada (ARAÚJO, 1990).

A escolha de Lindolfo Collor como ministro do trabalho deve-se à experiência com Getúlio Vargas, seja durante o governo de Borges de Medeiros em que ambos recebem a influência positivista do trabalhismo como vínculo de conciliação entre classes, seja no esforço empreendido pela Frente Única Gaúcha na articulação da Revolução de 30. O interesse de Lindolfo Collor pela questão proletária, revelado desde 1919 nos seus artigos jornalísticos, e em 1929 na formação da Aliança Liberal, em que ele defendia a criação de um partido de amplitude nacional que não contemplasse as questões sociais como caso de polícia, fez com que Collor recebesse, no Governo Provisório, a pasta do Trabalho a que fazia jus, assumindo o cargo de Ministro do Trabalho, de dezembro de 1930 a março de 1932 (ARAÚJO, 1990). Para Collor, a legislação social deveria promover a colaboração entre as classes, substituindo assim a luta de classes, pois as forças reacionárias do capital e as tendencias subversivas do proletariado são nocivas à pátria brasileira, cabendo ao governo amparar o trabalho e o capital (ARAÚJO, 1990). Constata-se desse modo a postura nitidamente positivista de Lindolfo Collor que será adotada, em diferentes proporções, pelos futuros ministros do trabalho nos governos varguistas. Collor também sustentava a intervenção do Estado para resolução dos problemas concernentes as relações do trabalho com o capital, o princípio da nacionalização como defesa do trabalhador brasileiro e o preceito liberal da liberdade do pensamento consubstanciado na opinião pública

(ARAÚJO, 1990). Entre as ações de Collor no Ministério do Trabalho, cumpre ressaltar: instituição do salário-mínimo, regulamentação da jornada de trabalho, lei da sindicalização que determinava o vínculo dos empregadores e trabalhadores a um sindicato reconhecido pelo ministério.

Podem ser observados os resquícios da prerrogativa positivista da incorporação proletária na sociedade na democratização iniciada em 1945 e interrompida em 1964. A formação dos partidos getulistas PSD e PTB, tendo o Rio Grande do Sul como um dos celeiros da reestruturação partidária de 1945, indica a reverberação positivista da harmonia de classes no espectro político democrático. Embora a UDN, principal partido de oposição a Vargas, fosse liderada por chefes políticos gaúchos do período castilhista (Borges de Medeiros, Oswaldo Aranha e Flores da Cunha), a herança doutrinária republicana gaúcha (com influência positivista) canalizava-se melhor para as águas do estuário de Vargas, organizado em torno do PSD, partido que se organizava através da interventoria e máquina governamental local, tendo o positivista Protásio Vargas, irmão de Getúlio, como um dos articuladores do aparelho eleitoral pessedista (BODEA, 1992). Mas a construção do PTB é o tópico sobre o qual esta análise visa pontuar alguns vetores ideológicos do positivismo. Conforme foi abordado, a trajetória política de Vargas durante o PRR castilhista foi bem marcada pela influência positivista no trabalhismo que, após 1930, teve impacto decisivo na legislação do trabalho e na escolha de Lindolfo Collor no Ministério do Trabalho (BODEA, 1992). O mesmo pode ser dito a respeito de Alberto Pasqualini, principal ideólogo do PTB, cujo pensamento recebeu o influxo positivista da incorporação definitiva do proletariado na sociedade, conforme a experiência gaúcha, do mesmo modo que assimilou outros elementos do reformismo europeu, como o trabalhismo inglês e a social-democracia (BODEA, 1992). Portanto, o influxo positivista do trabalhismo só consegue reverberação republicana em conjunto com outras vertentes reformistas e sociais que ingressaram no Brasil na democratização. Como não era uma corrente de pensamento em voga só podia exercer um papel coadjuvante.

Investigando alguns vestígios positivistas em simetria com o forte reformismo nos anos 40 e 50 no Brasil, cumpre apresentar algumas características peculiares da trajetória do PTB que inferem esses traços ideológicos. Para Maria Celina D'Araujo (1996), o papel capital do PTB não decorreu somente de suas relações com os sindicatos, mas com a projeção personalista do partido que vinculava o chefe do governo a grandes questões nacionais, transformando as con-

quistas trabalhistas num subproduto da soberania nacional de modo a transmitir ao eleitorado uma perspectiva de libertação nacional. Embora o positivismo se mostrasse muito reticente à ideia de soberania popular, sustentava a necessidade de um presidencialismo forte como dirigente da nação, a integração dos trabalhadores no social e a defesa do princípio da autodeterminação dos povos (LINS, 2009).

Outros aspectos em que podem ser verificados resquícios do positivismo no PTB estão nas ambivalências do próprio partido. Angela de Castro Gomes (2005) ressalta que o PTB, assim como o PSD, surgia numa conjuntura situacionista, pois ambos os partidos resultaram da tentativa fracassada do grupo varguista em articular o projeto de uma única organização partidária. Por conseguinte, como o PSD nasceu para reafirmar o poder dos interventores estaduais, o PTB reunia as novas lideranças sindicais que resistiram ao projeto do partido único, tendo como inspiração ideológica o Partido Trabalhista Inglês e como base a estrutura burocrática do Ministério do trabalho (GOMES, 2005). Ainda no viés político-ideológico, o PTB não foi criado especificamente como contrapeso ao Partido Comunista, mas como uma alternativa entre a classe trabalhadora e o comunismo cuja projeção não era o anticomunismo (GOMES, 2005). Marina Celina D'Araújo (1996) reitera essa concepção de que embora o PTB surgisse da necessidade de uma alternativa partidária concorrente do comunismo, não se pode justificar que a tentativa de afastar os trabalhadores da opção comunista fosse o móvel de criação deste partido, já que o Partido Comunista estava em franca expansão em 1945. Todavia, a autora também assevera que as tensões entre os segmentos operários associados com o PTB e os comunistas eram evidentes no que concerne à disputa pelo movimento sindical e pelo processo eleitoral (D'ARAÚJO, 1996). Embora o PTB tivesse atuado no Congresso Nacional contra a cassação do PCB, muitos getulistas apostavam na intensificação do medo ao comunismo como estratégia política para que o PTB crescesse (D'ARAÚJO, 1996). Por fim, Moniz Bandeira (1977) reforça que o PTB, segundo a orientação de Vargas, funcionaria não como um partido socialista, mas *socializante*, devendo constituir uma opção para a classe trabalhadora que não era contemplada nem pelo PSD nem pela UDN. Sendo assim, o PTB diante dos conflitos de classes intermediava tanto em defesa dos operários quanto observava os limites tolerados pelos capitalistas e, no que tange à reforma agrária, sustentava o uso da propriedade desde que condicionado ao bem-estar social (BANDEIRA, 1977). É nessa ambiguidade que descortina posturas ambivalentes como a superação

do anticomunismo apesar do medo do crescimento comunista, a solução dos atritos sociais como meio de atender tanto os interesses dos capitalistas quanto dos trabalhadores, a defesa da propriedade desde que tenha função social, onde se observam os vestígios positivistas no PTB, já que tal corrente propiciou ideias de longa duração.

SUPORTE EMPÍRICO TEXTUAL

Conforme estabelecido na metodologia, esta parte tem como meta investigar nos discursos, cadernos partidários, biografias e em outras obras as reminiscências do positivismo comtiano em autores como Alberto Pasqualini, Alberto Guerreiro Ramos, Darcy Ribeiro e Lutero Vargas, a fim de mostrar o modo como esse pensamento impactou indiretamente na intelectualidade do PTB. Tendo como ponto de partida um blog partidário do PDT, "Viva os 118 anos de Alberto Pasqualini", há uma menção que afirma a relação entre Alberto Pasqualini e Augusto Comte:

"Pasqualini foi um admirador do positivismo de Auguste Comte que trabalhou como secretário de Henri de Saint-Simon, o famoso e mais importante pensador e criador do Socialismo na Europa, precursor de Karl Marx. Não podemos deixar de ressaltar a importância dos positivistas civis e militares na Abolição dos Escravos, na Proclamação da República e na Revolução de 1930". (Viva os 118 anos de Alberto Pasqualini, **Acervo 20 anos sem Brizola**, 23/09/2019, Disponível em https://pdt.org.br/index.php/viva-os-118-anos-de-alberto-pasqualini. Acesso em: 15 outubro de 2024)

O autor desconhecido desse blog certamente retirou parte da informação acima da cartilha do PDT, escrita por José Augusto Ribeiro (2017), cujo título é **As origens do trabalhismo brasileiro Vol. 6**, em que o historiador, em primeiro lugar, afirma que a Era Vargas foi um encadeamento do PRR que tinha um fermento positivista e de outras correntes na campanha abolicionista e republicana. Em seguida, o autor faz um apreciação de Comte como um intelectual que defendia os proletários desde o século XIX:

Entre essas coisas, Comte situava o conhecimento científico e o que hoje chamaríamos a tecnologia, os processos da produção industrial ou artesanal resultantes do avanço do conhecimento científico ou causadores desse avanço. Aos avanços econômicos decorrentes da mobilização do conhecimento científico e

da tecnologia, Comte acrescentava uma cobrança que raramente é mencionada e faz muita diferença: ele preconizava a incorporação do proletariado aos benefícios da sociedade moderna. Aos benefícios, não às servidões dessa sociedade. Comte sempre manifestou grande admiração e respeito por todos os movimentos socialistas de sua época. Achava, porém, que os socialistas revolucionários estavam equivocados num ponto: ao entenderem que bastava o proletariado assumir o controle dos meios de produção para transformar irreversivelmente as sociedades (...). (RIBEIRO, José Augusto. "As origens do trabalhismo brasileiro, vol. 6, **Cartilhas trabalhistas vol, 6**, 17/05/2017, Disponível em: http://www.pdt-rs.org.br/images/pdf/Cartilhas-Trabalhista-Vol.-6.pdf. Acesso em 15 outubro de 2024)

É bem evidente que o pensamento social de Alberto Pasqualini foi amparado pelo reformismo católico, especialmente pelas encíclicas **Rerum Novarum**, de Leão XIII, e a **Quadragesimo Anno**, de Pio XI, conforme atestam muitos de seus escritos. São raras as vezes em que Pasqualini menciona Augusto Comte como pode ser observado em um de seus discursos que reflete sobre as relações de amor e poder:

Foi paradoxalmente do cérebro de Augusto Comte, o fundador da filosofia positiva, filosofia que nega qualquer valor às concepções apriorísticas, que brotou um dia esta genial intuição: "On ne peutpas toujours penser, mais on peuti toujours aimer."

Cansamo-nos de pensar e até de agir, diz o filósofo, mas nunca nos cansamos de amar... Quem lhe inspirou tão grande verdade não foi a especulação filosófica, mas O amor de Clotilde - mon angélique Chiotilde - como lhe chamava. (...) E no amor de sua angélica Clotilde que o gênio de A. Comte adquire novos lampejos e se expande, em novas criações.(...) (PASQUALINI, 1994, p. 282-283)

De resto, podem ser verificadas muitas confluências entre os discursos de Pasqualini e a filosofia social de Comte no que tange às questões relativas à sociabilidade, ao individualismo e à organização social, mas sem alusão direta ao positivismo. Dentre tantos escritos, torna-se propício verificar um ponto de intercessão no discurso de ambos sobre o homem e a sociedade a necessidade de regenerar primeiramente a moralidade humana para que a ordem social e temporal possa receber modificações em seu exercício:

A organização social e econômica será sempre o reflexo de uma mentalidade e enquanto essa mentalidade não evoluir e se aperfeiçoar, enquanto o homem não aprender a moderar os seus instintos egoístas e incluir, como condição de

sua felicidade, a felicidade alheia, não poderemos ter esperanças de que haja, no mundo, paz, segurança e bem-estar. Não haverá transformações sociais estáveis e duradouras se não se reformar, ao mesmo tempo, o caráter do homem. O que é necessário, por isso, é educá-lo, cultivar-lhe o lado bom e nobre da personalidade, desenvolver-lhe os sentimentos de simpatia e de solidariedade, ensinar-lhe a amar os seus semelhantes e a reprimir os instintos egoístas. (PASQUALINI, 1994, p. 329)

No caso de Comte, pode-se observar uma visão semelhante ao discorrer sobre as relações entre a moralidade humana e a organização social, em que a primeira é condição para o aperfeiçoamento da ordem temporal:

A invocação direta e contínua da sociabilidade como único princípio da moral positiva, provoca em breve a intervenção permanente da opinião pública, único juiz natural de toda conduta. Então, sua preponderância se realiza todas as vezes que um impulso decisivo vem conter as divergências radicais que ordinariamente a neutralizam. Somente essa base espiritual fornecerá a principal força que deva realizar a reconstrução temporal. Assim, os principais melhoramentos sociais podem ser realizados muito tempo antes de estar terminada a reorganização espiritual. (COMTE, 1979, p. 55).

Tais exposições desvelam não apenas as simetrias entre os discursos de Pasqualini e de Comte no que concerne à exigência de aperfeiçoar o instinto altruísta e social dos seres humanos para redirecionar a organização social, mas também o tom prescritivo que está implícito em ambos. Dessa forma, o verniz discursivo de Pasqualini assemelha-se muito ao de Comte no que concerne à necessidade de recomendar uma saída moral.

Os vestígios positivistas observados nas obras de Alberto Guerreiro Ramos e Darcy Ribeiro não dimanam das apreciações da filosofia de Comte, mas da trajetória da ortodoxia positivista no Brasil. Guerreiro Ramos (1995), por exemplo, destaca o fato de que os positivistas Francisco José Brandão, Aníbal Falcão e Raimundo Teixeira Mendes terem pela primeira vez colocado o problema da construção de uma teoria da sociedade brasileira como veículo para a ação sociopolítica. O autor confere maior destaque à figura de Teixeira Mendes na tentativa de formular uma síntese teórica da sociedade brasileira:

Mas dentre os aficionados da igreja comtiana, é a Teixeira Mendes que se deve um esforço mais sério da formulação de uma teoria do Brasil. Está exposta no opúsculo, **A Pátria Brasileira** escrito em 1881. Aí Teixeira Mendes se reporta ao empirismo da geração da independência, à inexistência, nesse momento, de

uma teoria positiva de governo. Segundo ele, o erro de José Bonifácio, e de outros prógonos de 1882, - erro que consistiu em não ter assegurado "a supressão da hereditariedade monárquica, tornando a sucessão dependente da escolha do ditador, sancionada pelo voto nacional - , poderia ter sido reparado se a falta de uma teoria científica não constituísse um obstáculo permanente, insuperável, a qualquer visão clara das necessidades políticas" (RAMOS, 1995, p. 84)

Embora Guerreiro Ramos considere os positivistas ortodoxos como utópicos, já que professavam literalmente a doutrina de Comte cuja base nutria concepções abstratas da sociedade e estava vinculada ao desenvolvimento dos países europeus, ele ressalva que os positivistas brasileiros pleiteavam propostas sociais para os problemas que afligiam a sociedade brasileira no final do século XIX:

Indiscutivelmente, enquanto doutrinários, os nossos positivistas eram utópicos. Todavia, o programa de medidas que preconizavam para o problema brasileiro, em muitos aspectos, apresentava cunho prático, do ponto de vista da classe social a que majoritariamente pertenciam. Tais eram, por exemplo, medidas como: a supressão da hereditariedade monárquica, a supressão da religião de Estado, a promulgação de instituições civis que assegurassem a liberdade de pensamento, a abolição da escravatura. E, enquanto a teoria positivista se tornou um suporte ideológico dessas reivindicações, deu expressão a genuínas tendências da sociedade nacional e contribuiu para a superação de contradições nelas vigentes. (RAMOS, 1995, p. 85)

Indubitavelmente, Guerreiro Ramos assimilou na vida social dos positivistas ortodoxos brasileiros, sobretudo em Teixeira Mendes, os esforços em edificar uma teoria social a respeito dos problemas do país e transformar a sociedade por meio do esclarecimento intelectual dos indivíduos. Tudo isso indicava a tentativa de sedimentar um projeto de articulação nacional. Darcy Ribeiro, por sua vez, expressa na obra **Os índios e a civilização** sua admiração pelo positivismo através da política indianista do marechal Cândido Mariano da Silva Rondon que procurava amparar ao grupos indígenas, resguardando-os do extermínio. Segundo as palavras do antropólogo:

A formulação desta nova política indigenista coube principalmente aos positivistas que, baseados no evolucionismo humanista de Augusto Comte, propugnavam pela autonomia das nações indígenas na certeza de que evoluiriam espontaneamente, uma vez libertadas de pressões externas e amparadas pelo governo (RIBEIRO, 2017, p. 124).

É oportuno observar uma descrição que Darcy Ribeiro apresenta de Marechal Rondon, pois são ressaltadas tanto a feição prática da sua política indigenista quanto a inspiração filosófica decorrente do positivismo comtiano:

A feição prática da nova política indigenista assentou-se na experiência pessoal de Rondon, acumulada em vinte anos de atividades nos sertões de Mato Grosso. Positivista militante, orientava toda sua vida de acordo com os postulados de Augusto Comte. Oficial recém-formado, recusara uma cátedra na Academia Militar, escolhendo atuar no setor onde poderia eficazmente imprimir à tropa sob seu comando uma feição construtiva e pacífica, tal como Comte propugnara para o advento do Estado Positivo, quando os remanescentes dos antigos exércitos seriam utilizados em funções de policiamento e nas grandes obras civis. A Comissão Rondon fora uma aplicação prática, consciente, das ideias de Comte no terreno militar: a utilização pacífica do Exército no desbravamento dos sertões interiores; a construção de obras civis, como a linha telefórica, na realização de objetivos humanísticos, como a proteção ao índio. É, pois, de Comte que vem a inspiração para esta epopeia dos sertões brasileiros: um corpo de tropa que, avançando em território habitado por índios hostis, se nega a fazer uso de armas, mesmo quando atacado, em nome de um princípio de justiça. (RIBEIRO, 2017, p. 124-125)

Essa exposição de Darcy Ribeiro, além de descortinar os intuitos da nova política indigenista engendrada por Rondon segundo sua filiação ao positivismo, aponta para os impactos progressistas que tal iniciativa acarretou para o território nacional, uma vez que o exercício pacífico de setores militares na desobstrução dos sertões, o empreendimento em obras públicas como a linha telefórica e a defesa das comunidades indígenas indicam os benefícios que o país logrou. Portanto, o vínculo que Darcy Ribeiro estabelece entre a prática indigenista de Rondon com a filosofia de Comte supõe a aprovação do antropólogo perante a influência positivista no Brasil. De fato, ele assevera que, depois da atuação da Comissão Rondon, sobretudo perante o tratamento das tribos aguerridas, foram abandonadas as teses da incapacidade de civilizar o indígena, da inevitabilidade do emprego da violência contra os segmentos indígenas mais arredios e da necessidade de aniquilar os povos tribais em nome do progresso material (RIBEIRO, 2017).

Por fim, na biografia **Getúlio Vargas: a revolução inacabada**, escrita por Lutero Vargas, filho do ex-presidente e chefe executivo do antigo PTB, o autor confessa o convite feito ao positivista Ivan Monteiro de Barros Lins, que teve

uma atuação longeva na Academia Brasileira de Letras, para concorrer à eleição para o governo do Estado da Guanabara pelo PTB em 1965:

Em 1965, íamos ter uma nova eleição para o governo do então chamado Estado da Guanabara e eu, como presidente do PTB desse estado, desejava ganhar as eleições do então Governador Lacerda, que apresentava como candidato o senhor Flexa Ribeiro, futuro sogro de seu filho. (...) Convidei um amigo positivista, o escritor Ivan Lins. Ivan Lins era íntimo de meu tio Protásio, positivista, como seu irmão Viriato. Ivan Lins chegou a fazer algumas conferências no PTB, mas terminou desistindo e achou que não deveria concorrer. (VARGAS, 1988, p.362)

Tal relato desvela o vínculo que Ivan Lins tinha com o PTB como conferencista, embora isso não indique que ele tenha sido membro do partido, e o envolvimento da família Vargas com o positivismo, incluindo Protásio Vargas que articulava a aliança PSD/PTB. É pertinente observar na conclusão de sua obra **História do positivismo no Brasil**, lançada em 1964, escrita durante a democratização, como Ivan Lins vincula a questão trabalhista da incorporação social do trabalhismo urbano e rural, assim como outras iniciativas políticas, à evolução das perspectivas sociológicas de Comte no país, graças à atmosfera de um positivismo difuso na nossa cultura:

Mais, porém, do que as entidades e os fatos que vêm a ser mencionados, é incontestável e de fácil verificação a existência, entre nós, de uma atmosfera de um positivismo difuso que impregna toda a nossa mentalidade. Tudo indica que a evolução nacional se processa cada vez mais no sentido de integrar o Brasil no quadro sociológico traçado por Augusto Comte, como o provam as recentes campanhas relativas ao seu desenvolvimento econômico, à incorporação do nosso proletariado rural e urbano e, bem assim, às últimas e decisivas manifestações de nossa política internacional, propugnando pelo anticolonialismo e pelo princípio da não intervenção e da autodeterminação dos povos (LINS, 2009, p 704)

Diante dessa exposição, infere-se que Ivan Lins interpretava o trabalhismo, a economia nacional-desenvolvimentista e a defesa do anticolonialismo nas relações internacionais, que foram bandeiras defendidas pelo PTB ao longo dos governos de 1946 a 1964, como manifestações dos impactos do positivismo no Brasil. Em suma, toda essa análise empírica textual desvela que o pensamento de Comte, ainda que de forma parcial e indireta, esteve presente na intelectualidade do PTB, tendo cada intelectual o apreciado sob um prisma específico diante das questões sociais no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As fases do pensamento político de Augusto Comte descortinam a necessidade de incorporar o proletariado na sociedade moderna como garantia para a ordem social. Tal prerrogativa funcionalista logra maior pertinência na virada conservadora do positivismo, pois configura o momento em que se avigora um pacto entre o patriciado e o proletariado, sob o auxílio do novo poder espiritual representado pela religião positiva, como condição para o equilíbrio social, e quando são apresentadas medidas que constituem um programa mínimo de valorização dos segmentos proletários. Fiéis à doutrina do mestre de Montpellier, os positivistas ortodoxos propõem no início da Primeira República, em 1889, o primeiro projeto de lei trabalhista que, mesmo tendo sido elaborado por meio de consultas com 400 operários das oficinas do Estado, contemplava todos os trabalhadores do Brasil. Tendo em conta a sociabilidade escravocrata sedimentada pelas elites econômicas brasileiras, não havia outro destino a essa proposta, a não ser a rejeição.

Uma vez abortado esse projeto trabalhista de Teixeira Mendes a nível nacional, não se pode afirmar que as perspectivas da ortodoxia positivista foram totalmente suplantadas ao longo do século XX, tendo em vista o fato de algumas delas terem sido manifestadas por atores políticos na disputa por melhorias sociais nas primeiras décadas, e sobretudo, devido às ações dos governos gaúchos de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros que efetuaram algumas medidas trabalhistas quando a questão social era muito pouco conjeturada na Primeira República. Ademais, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder nos anos 30, quando o país entrava no processo de industrialização, tornava-se imprescindível a criação de direitos sociais para os trabalhadores, observando tanto a natureza do trabalho industrial quanto as reivindicações dos movimentos socialistas. Razões pelas quais Vargas funda o Ministério do Trabalho e delega a Lindolfo Collor, que pertencera ao mesmo grupo político castilhista, o cargo de Ministro do Trabalho. A breve trajetória de Collor neste ministério revelou mudanças nas medidas trabalhistas em relação ao projeto dos primeiros positivistas, mas também sinalizou que a prerrogativa de incorporar o proletariado na sociedade como condição para a harmonia de classes tinha permanecido na prerrogativa política do governo varguista diante da nova conjuntura.

Como o dilema de implantar socialmente as demandas das massas trabalhadoras apesar do contragosto das elites capitalistas brasileiras firmou-se como

um forte entrave para o Brasil, considerando as desigualdades, exclusões, e consequentemente, os antagonismos entre classes no país, a prerrogativa positivista do trabalhismo se ressignifica na democratização brasileira a partir de 1945. Certamente, os resquícios positivistas em defesa da inclusão social dos estratos proletários só ecoaram de forma bem indireta no vasto repertório ideológico que justificou a gênese e atuação dos partidos PSD, UDN e PTB, que foram os mais influentes na experiência democrática entre 1945 e 1964. Como o PTB era o partido que melhor representava os interesses das camadas trabalhadoras, esta pesquisa o contemplou como objeto de estudo dos vestígios positivistas na democratização. Neste sentido, verificou-se que o positivismo comtiano só poderia ter exercido um papel coadjuvante na formação ideológica deste partido, já que o trabalhismo inglês, a social-democracia ocidental e o reformismo católico constituíam as correntes políticas em voga na época. De todo modo, a pesquisa levantou que determinadas características do PTB, tais como: a inserção dos trabalhadores na sociedade, o presidencialismo regido por uma liderança centralizadora e a defesa da autodeterminação desenvolvimentista do país, encontravam simetria com os ideais positivistas. Além disso, as ambiguidades do partido como a premência de estabelecer medidas trabalhistas que procurassem coadunar os interesses dos trabalhadores e dos chefes empresariais, a necessidade de superar as teses mais radicais da corrente marxista e a defesa da reforma agrária vinculada ao caráter social da grande propriedade eram traços que igualmente assinalavam as reminiscências do positivismo de Comte.

No intuito de conferir substancialidade empírica ao trabalho, efetuou-se primeiramente uma leitura de textos e cadernos partidários do PDT, acessíveis na internet, cujas autorias indicavam as relações entre o positivismo e o trabalhismo brasileiro. Em seguida, foram feitas análises diretas das obras de Alberto Pasqualini, Guerreiro Ramos, Darcy Ribeiro e Lutero Vargas, todos membros e intelectuais do PTB, para averiguar a presença do pensamento comtiano nas suas perspectivas sociais. Observou-se que os vestígios positivistas em Pasqualini só podem ser observados por meio de interseções textuais, isto é, através tanto da coincidência de ideias quanto do verniz discursivo que encontram vínculos com a obra política de Comte, já que o filósofo é raramente citado nos escritos de Pasqualini. Em Guerreiro Ramos, verificou-se que o reconhecimento do positivismo é manifestado especificamente pela atuação do Apostolado Positivista, sobretudo na pessoa de Teixeira Mendes, na elaboração de uma teoria social que se deparasse com os problemas sociopolíticos do Brasil. Quanto a Darcy Ribei-

ro, a valorização do positivismo ocorre com as iniciativas do Marechal Rondon perante a proteção das populações indígenas no desenvolvimento industrial e tecnológico nacional, visto que a filosofia positivista lhe proporcionou um olhar sensível à alteridade. Por fim, a obra biográfica de Lutero Vargas revelou a relação indireta do positivista Ivan Lins com o PTB no campo intelectual e o envolvimento de familiares como Viriato e Protásio Vargas com o positivismo. Cada um desses recortes analíticos propiciou algumas referências dos impactos positivistas, oriundos da Primeira República, ao menos no âmbito intelectual do horizonte petebista.

RECEBIDO em 25/11/2025
APROVADO em 12/01/2026

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R. M. B. de. **O batismo do trabalho** – a experiência de Lindolfo Collor. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

BANDEIRA, M. **O Governo João Goulart:** as lutas sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

BODEA, M. **Trabalhismo e Populismo no Rio Grande do Sul**. Rio Grande do Sul: Editora da Universidade, 1992.

BOEIRA, N. Júlio de Castilhos: carisma e administração. In: AXT, Gunter (org.). **Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano**. Porto Alegre: Nova Prova, 2005, p. 183-188.

BOSI, A. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CARVALHO, J. M. de. **Os bestializados:** o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CHACON, V. **História dos partidos brasileiros:** discursos e práxis de seus programas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 3ª ed., 1998.

COMTE, A. **A General View of Positivism (From Discours sur L'ensemble du Positivisme).** London: Sagwan Press, 2018.

---------- **Catecismo Positivista**. Rio de Janeiro: Templo da Humanidade, 1934

---------- **Política Positiva de Augusto Comte, volume I**. Tradução: Antonio Valença de Mello, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

COSTA, A. M. M. da. "Origens do direto do trabalho no Brasil: o legado castilhista". In: AXT, Gunter (org.) **Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano**. Porto Alegre, 2005, p. 107-114

D'ARAÚJO, M. C. **Sindicatos, carisma e poder:** o PTB de 1945-65. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

DUVERGER, M. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

FAUSTO, B. **Trabalho urbano e conflito social**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FÉDI, L. **Comte**. São Paulo: Estação Liberdade, 2008.

GOMES, A. de C. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

MICHELS, R. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

LINS, I. M. de B. **História do Positivismo no Brasil**. Brasília: Editora Senado Federal, 2009.

PASQUALINI, A. **Obra social e política:** raízes do trabalhismo 1929-1945, volume 1. Pedro Simon (org.). Brasília: Senado Federal , 1994.

PICKERING, M. **Auguste Comte:** an intellectual biography, volume II. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

PRZEWORSKI, A. A social-democracia como fenômeno histórico. Lua Nova, São Paulo, n. 15, p. 41-81, Out. 1988.

RAMOS, A. G. O Movimento Positivista. In: **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, p. 83-85.

RIBEIRO, D. A política indigenista brasileira. In: **Os índios e a civilização:** a integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Global, 2017, p. 119-134.

RIBEIRO, J. A. "As origens do trabalhismo brasileiro, vol. 6, **Cartilhas trabalhistas** 17/05/2017, Disponível em: http://www.pdtrs.org.br/images/pdf/Cartilhas-Trabalhista-Vol.-6.pdf. Acesso em 15 outubro de 2024.

RIBEIRO JÚNIOR, J. **Augusto Comte e o Positivismo**. Campinas: Edicamp, 2003.

VARGAS, L. **Getúlio Vargas:** a revolução inacabada. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1988.

Viva os 118 anos de Alberto Pasqualini, **Acervo 20 anos sem Brizola**, 23/09/2019, Disponível em https://pdt.org.br/index.php/viva-os-118-anos-de-alberto-pasqualini. Acesso em: 15 outubro de 2024